

Esporte, Psicologia e Racismo: É Possível uma Psicologia do Esporte Antirracista?

Marcio Antonio Tralci Filho¹

¹Universidade de São Paulo, SP, Brasil

Alessandro de Oliveira dos Santos¹

¹Universidade de São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Esse artigo é uma resposta possível para a lacuna acadêmica referente à intersecção de três campos: o esporte, a psicologia e as relações raciais. A articulação entre eles se dá a partir de seu objetivo: analisar os limites e possibilidades apresentados à psicologia no enfrentamento da supremacia branca no contexto esportivo. Seu campo empírico é composto por oito entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro psicólogos e quatro psicólogas que trabalharam em algum momento de suas carreiras no esporte. O conteúdo delas é analisado a partir do referencial teórico da Teoria Crítica de Raça. Dessa análise de conteúdo resultaram narrativas sobre a atuação profissional em psicologia do esporte e seu papel diante do racismo, questionando se é possível pensar em uma psicologia do esporte antirracista. Assim, os resultados das análises dessas narrativas apontam para uma relação entre as linhas de ação para o enfrentamento do racismo e a maneira como as(os) profissionais encaram a psicologia do esporte: se uma área mais ligada ao esporte, o que acarreta em um enfoque quase que exclusivo no rendimento esportivo, ou à psicologia, o que implica em uma perspectiva de humanização dos atletas.

Palavras-chave: Esporte, Colonialismo, Corporeidade, Psicologia do esporte, Antirracismo.

Sport, Psychology and Racism: Is an Anti-Racist Sports Psychology Possible?

Abstract: This paper is one of the possible outcomes to fill the academic gap regarding the intersection of three fields: sport, psychology, and race relations. Their articulation is based on their objective: to analyze the limits and possibilities presented to psychology in facing white supremacy in sports. Its empirical field consists of eight semi-structured interviews conducted with psychologists (four women and four men) who worked in sports at some point of their careers. Their content is analyzed based on the theoretical framework of the Critical Race Theory. This content analysis resulted in narratives about professional performance in sports psychology and its role in the face of racism, questioning whether it is possible to think of an anti-racist sport psychology. Thus, the results of the analysis of these narratives point to an association between the means to confront racism and the way professionals view sports psychology: either as a field that is more related to sport, which results in an almost exclusive focus on sports performance, or more related to psychology, which implies a perspective of humanization of athletes.

Keywords: Sport, Colonialism, Corporeality, Sport psychology, Anti-racism.

Deporte, Psicología y Racismo: ¿Es Posible una Psicología del Deporte Antirracista?

Resumen: Este artículo es uno de los posibles resultados de la brecha académica con respecto a la intersección de tres campos: deporte, psicología y relaciones raciales. Su articulación se basa en el objetivo de: analizar los límites y las posibilidades presentadas a la psicología para enfrentar la supremacía blanca en el contexto deportivo. Su campo empírico consiste en ocho entrevistas semiestructuradas realizadas con cuatro psicólogas y cuatro psicólogos que trabajaron con el deporte en algún momento de sus carreras. Para el análisis de contenido, se utilizó el marco teórico sobre la teoría crítica de la raza. Este análisis de contenido dio lugar a narrativas sobre el desempeño profesional en psicología del deporte y su papel frente al racismo, cuestionando si es posible pensar en una psicología del deporte antirracista. Los resultados del análisis de esas narrativas apuntan a una relación entre las líneas de acción para enfrentar el racismo y la forma en que los/las profesionales ven la psicología del deporte: si un área más vinculada al deporte, lo que resulta en un casi exclusivo enfoque en el rendimiento deportivo, o a la psicología, lo que implica una perspectiva de humanización de los atletas.

Palabras clave: Deporte, Colonialismo, Corporeidad, Psicología del deporte, Antirracismo.

Introdução

O fenômeno esportivo tal qual conhecemos atualmente é uma criação da modernidade e estabelece relações próximas com o processo de colonização europeia na África, América e Ásia. No cerne dessa relação, estão os olhares que o pensamento ocidental lançou sobre as corporeidades, a razão (ou a suposta ausência dela) e a autonomia dos povos não europeus. Olhares estes que construíram a visão sobre o que consideravam como “outro”, mas principalmente a visão sobre si próprios e as decorrentes justificativas para a empreitada colonial.

Na Inglaterra, por exemplo, durante o século XIX, o esporte se tornou atividade central nas *public schools*, pois dotava os jovens da elite de um entretenimento apartado da dinâmica social dos jogos populares ao mesmo tempo em que lhes forjava atributos requeridos para corresponderem à vocação dominante de sua classe social, em especial, a capacidade de liderança e a demonstração de virilidade, tanto no exército, como nos negócios (Bourdieu, 2004). A formação da juventude aristocrática e burguesa europeia, além da distinção de classe, vislumbrava também as colônias. A educação escolar elitista e colonialista lançava mão, concomitantemente, do esporte como conteúdo didático e formativo do caráter europeu e

da representação dos povos africanos como sendo a infância da humanidade, regida por crenças e tiranos.

O esporte, enquanto uma pedagogia inovadora e popular entre os jovens, servia como um instrumento de preparação militar e política dos futuros empreendedores coloniais. Assim, após a Primeira Guerra Mundial, o esporte, além de ser instrumento auxiliar de preparação corporal, passou a ser parte integrante da política colonial. Foi encarado como prática cultural civilizatória que deveria ser transmitida aos nativos, uma vez que as práticas destes eram encaradas como simples divertimento sem base civilizatória (Carrington, 2010). Esta somente poderia ser adquirida a partir de um sistema atlético codificado e regulamentado que somente supostamente o esporte ocidental era capaz de oferecer.

O “corpo atlético” e a “força bruta”

Se, por um lado, a filosofia europeia ocidental se autoproclamou como detentora da razão e do pensamento frente às paixões e às corporeidades de outros povos, quais seriam, por outro lado, as implicações da Europa ocidental ter sido o palco da sistematização de uma das práticas que mais colocam o corpo em evidência até os dias atuais?

Uma das saídas para essa aparente contradição está em compreender que o pensamento europeu

estabeleceu, em certos momentos, uma *dicotomia racializada* não somente entre corpo e mente, mas também entre “corpo atlético” e “força bruta”. Ou seja, mesmo no polo mais desprezado do ser humano, o corpo, estaria reservado ao homem branco uma última trincheira antes da não humanidade: o seu cultivo e controle civilizados.

Frantz Fanon (2008) nos auxilia na compreensão desse paradigma ao analisar que a presença do negro estremece a postura corporal do branco, já que, com o racismo antinegro, inaugura-se o ciclo de fobias biológicas dos europeus. Esse racismo, fruto da cisão entre corpo e mente cujo ápice se deu na modernidade, cria a urgência no branco em neutralizar não só ideológica e politicamente o negro: “mas é na corporeidade que se atinge o preto. É enquanto personalidade concreta que ele é linchado. É como ser atual que ele é perigoso” (Fanon, 2008, p. 142). A supremacia branca visa, portanto, “matar” o corpo em si ao relegar ao outro tudo o que é corpo.

Isildinha Batista Nogueira, psicanalista laciana, nos ensina que, para o branco, o corpo representa uma porta aberta às possibilidades de ser no mundo a partir do reconhecimento grupal entre brancos. Contudo, deve-se ressaltar que se trata de identificação imaginária, que não se sustenta sem a invenção de um “outro” que permite a elaboração de um “nós”. A fantasia do branco constrói sobre esse outro um significado sobre o corpo que ao mesmo tempo o exagera e o enfraquece, pois o encerra nessa possibilidade de ser exclusivamente um corpo, numa tentativa de subtrair sua integralidade humana:

Seu corpo negro, socialmente concebido como representando o que corresponde ao excesso, ao que é outro, ao que extravasa, significa, para o negro, a marca que, a priori, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco: o negro vive cotidianamente a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade (Nogueira, 1998, p. 47).

É a partir daí que a autora compreende que o corpo exerce posição fundamental na hierarquização racial entre brancos e negros, uma vez que “dessa dimensão singular que torna a condição de negro impossível de ser simetrizada à condição de branco que se produz, para o negro, essa experiência de sofrer o próprio corpo” (Nogueira, 1998, p. 47).

É então possível pensar as origens do esporte moderno, sua inspiração na antiguidade grega e sua popularização pelo Olimpismo – uma vez que este fomentava o controle e criação de corpos masculinos virtuosos (*aretê*) com vistas à organização competitiva (*agonistikê*) e à apreciação estética e moral (*kalogagathia*) (Rubio & Carvalho, 2005) – como uma estratégia de hierarquização somática, como fomentador de uma projetada Supremacia Branca Esportiva. Por Supremacia Branca entendemos o sistema de produção, reprodução e perpetuação de hierarquias sociais baseadas na racialização de grupos humanos (Mills, 2003). Esse sistema é fomentado por uma ideologia que defende a superioridade ética, estética, intelectual e espiritual das pessoas brancas, estabelecendo a branquitude, a identidade racial das pessoas brancas, como referência universal de humanidade (Schucman, 2012). Essa ideologia, o racismo, opera em uma lógica – ainda que não pautada em dados da realidade biológica, mas com eficácia social e simbólica – na qual certas características genéticas transmitidas hereditariamente determinam e são reconhecidas por meio da cor da pele, traços de inteligência e caráter, e manifestações culturais (Guimarães, 2003). Ao longo dos séculos, o racismo tem sido utilizado para justificar diferentes formas de opressão e violência e a manutenção de desigualdades e privilégios.

Psicologia do esporte e racismo no Brasil

A consolidação da Psicologia do Esporte no Brasil se deu simultaneamente ao seu estabelecimento em âmbito internacional, ou seja, a partir dos anos 1950, e acompanhando em grande medida as tentativas de afirmação da psicologia como ciência. A aplicação de testes e a generalização de resultados muitas vezes inconsistentes marcaram a psicologia do esporte até a década de 1970, quando os estudos experimentais deram novo fôlego à área. Novamente a especialidade acompanhou os passos da ciência-mãe e trouxe para a agenda de sua produção científica o enfoque cognitivo e comportamental. Os experimentos conduzidos em laboratórios com ênfase em habilidades motoras e na facilitação social da presença de torcida no rendimento atlético foram os principais objetos de investigação. A partir dos anos 1980, os estudos laboratoriais foram questionados pelo seu afastamento das dinâmicas da prática esportiva e as pesquisas que articulavam as teorias psicológicas comportamentais com a experiência de campo foram enfatizadas

(Rubio, 2004). Já no início do século XXI, Rubio (2003) propôs o estabelecimento de uma “Psicologia Social do Esporte” que abordasse a cultura e o imaginário esportivos, em uma tentativa de superar a consideração do atleta apenas em sua individualidade, ou seja, pelo seu talento, empenho e comportamento.

Entretanto, há uma lacuna na compreensão do papel da Psicologia do Esporte diante do racismo, uma vez que o seu estabelecimento como área de atuação no Brasil se deu em um contexto de tensão racial, a saber, com o trabalho de João Carvalhaes junto à seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1958. Proveniente de derrotas marcantes nas duas últimas edições, que contaram com uma maioria de atletas negros em seu elenco, Carvalhaes chega à comissão técnica com a tarefa de aplicar testes para avaliar aspectos psicológicos dos jogadores e subsidiar a escolha da delegação que disputaria a Copa de 1958 (Hernandez, 2011).

Os laudos desses testes apontavam, dentro de sua lógica interna, que alguns jogadores possuíam inteligência abaixo da média e o vazamento desses resultados na imprensa gerou especulações sobre possíveis “cortes” de jogadores decorrentes dessa mensuração. Entre esses atletas que não desempenharam conforme o padrão esperado estavam os jovens negros Pelé e Garrincha (Hernandez, 2011). Tal contexto se complica com a escalação do time que disputaria as duas primeiras partidas na Suécia: diferentemente das seleções dos mundiais anteriores, apenas um atleta negro, Didi, foi elencado.

A contratação de um psicólogo para aplicar testes de inteligência está atrelada a um contexto que demandava uma resposta à ideologia racial que afirmava que atletas negros não tinham condições psicológicas para jogar. Mais do que o resultado dos testes, o que chama atenção é a conjuntura em que se deu a contratação de um psicólogo. Desse modo, a psicologia do esporte no Brasil se funda nesse momento histórico de tensão racial, e dá como resposta inicial o branqueamento da seleção brasileira de futebol. Em outras palavras, já em meados do século XX, a Psicologia do Esporte no Brasil contribui para a reatualização da ideologia que estabelece uma hierarquia racial entre corpos aptos e inaptos à performance atlética.

Assim, compreendemos que, para além do contexto estritamente esportivo do “campo de jogo”, as práticas esportivas e as visões de mundo racializadas

de corpos em movimentos se materializam cotidianamente nas relações sociais. O esporte moderno não pode ser compreendido de maneira separada do projeto colonialista branco-europeu, de sua relevância para construção discursiva do conceito de “atleta negro” como uma ameaça à hegemonia corporal branca e das possibilidades de resistência à colonização desses corpos a partir da “diáspora negra esportiva” (Carrington, 2010). Do mesmo modo, entendemos que a psicologia está implicada nesse processo, quer seja pela contribuição teórica e prática que pode oferecer ao processo de formação das identidades raciais, quer seja no enfrentamento de ideologias e estereótipos que ela própria pode ter ajudado a reforçar historicamente. A partir dessa compreensão, foi possível formular uma questão que orientou a elaboração desse artigo: de que maneira os mais diversos atores do campo esportivo, mais especificamente, as(os) psicólogas(os) podem contribuir (ou impor barreiras) para uma orientação antirracista no esporte?

Objetivo e método

O objetivo desse artigo é analisar os limites e possibilidades apresentados à psicologia no enfrentamento da supremacia branca no contexto esportivo. Mais do que uma tarefa das(os) profissionais psicólogas(os), a defesa de uma ação pautada no antirracismo deve ser uma orientação política dos mais diversos atores no campo esportivo. As falas das(os) psicólogas(as), entretanto, operam como um mapeamento do antirracismo nesse campo. Por isso, a escolha por ouvir psicólogas(os) que trabalham com o esporte. Trata-se da única área que tem potencial teórico-prático para trabalhar com o sofrimento provocado pelos efeitos psicossociais do racismo (preconceito, discriminação e humilhação social) diretamente com pessoas envolvidas no universo esportivo, podendo contribuir também para o trabalho de outros profissionais no trato com as relações raciais. Além disso, é uma área, entre outras no esporte, no qual a intervenção se dá, em grande medida, na tensão inter-racial de divisão social do trabalho intelectual e corporal – no binômio “psicóloga(o) branca(o), atleta negra(o)” –, em um contexto de supremacia branca.

Os resultados aqui apresentados compõem a tese de doutorado do primeiro autor, cujo corpo empírico foi formado por entrevistas realizadas com oito psicólogas(os), quatro mulheres e quatro homens, no período de setembro de 2016 a maio de 2018 e que atuaram em algum momento de suas carreiras no contexto

esportivo. O recrutamento dessas(es) participantes foi realizado a partir da rede de contato de profissionais do esporte formada pelos autores e seus pares, bem como de psicólogas(os) do esporte que foram conhecidas(os) ao longo da elaboração do estudo. Vale ressaltar que todas(os) assinaram e mantiveram uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para o presente artigo, foram apresentadas as análises de cinco dessas entrevistas. O Quadro 1 apresenta um panorama de informações sobre as(os) entrevistadas(os).

Quadro 1
Participantes das entrevistas.

| Nome ¹ | Idade ² | Local de atuação ³ | Cor/raça (autoatribuição IBGE) ⁴ |
|-------------------|--------------------|-----------------------------------|---|
| Lucas | 34 | Interior de São Paulo Região | Preto |
| Débora | 30 | Metropolitana de São Paulo Região | Parda |
| Rebeca | 30 | Metropolitana de São Paulo | Branca |
| Carlos Paulo | 32 40 | São Paulo | Pardo Branco |

¹Nomes fictícios.

²À época da entrevista.

³Com a finalidade de preservar o sigilo da identidade das(os) entrevistadas(os), optamos por não informar a cidade de atuação da(o) entrevistada(o), uma vez que o cruzamento dessa informação com os outros dados fornecidos facilitaria a identificação. Além disso, é provável que algumas(ns) delas(es) sejam as(os) únicas(os) psicólogas(os) do esporte de sua cidade.

⁴Os critérios utilizados pelo IBGE são: branco, preto, pardo, amarelo e indígena.

As entrevistas tiveram em média 90 minutos de duração e foram gravadas em áudio para posterior transcrição. Após esse processo, focalizamos em dois aspectos emergentes das falas: a posição da Psicologia do Esporte diante do tema das relações raciais e as possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) do esporte no tema das relações raciais.

Os resultados foram interpretados a partir de análise qualitativa (Minayo, 2012) e com base na Teoria Crítica Racial (*critical race theory*). Trata-se de uma perspectiva teórica que busca confrontar a alegada neutralidade racial da ciência e da política e garantir que as vozes dos grupos racialmente oprimidos sejam protagonistas da história e da produção de conhecimento

(Hylton, 2005, 2008). Desse modo, na análise das entrevistas foram consideradas tanto as narrativas que expressam hierarquias baseadas na lógica da supremacia branca, mas sem se referir diretamente à raça, como as imagens historicamente dominantes sobre a corporeidade de atletas com base em critérios de racialização dos corpos em cada esporte. Também foi dada relevância às produções de sentido promovidas pelo esporte em relação à supremacia branca, bem como suas possibilidades de superação.

Resultados

Em linhas gerais, as ações antirracistas propostas, ou a ausência delas, acompanham as visões sobre racialização no esporte presente nas narrativas das(os) psicólogas(os). Assim, as(os) profissionais que apresentam uma visão mais próxima da naturalização do racismo, quer seja biológica ou socialmente, propõem práticas mais vagas e geralmente voltadas às manifestações explícitas e pontuais do racismo, enquanto que aquelas(es) que compartilham de visões mais críticas ao racismo no esporte estabelecem ações com atenção voltada às relações raciais e com enfoque não somente na violência pontual, mas considerando a dinâmica estrutural do racismo.

Rebeca apresenta elementos sobre sua atuação e relata em que momentos e de que modo o trabalho com as relações raciais é possível:

O que eu tentaria fazer é “vamos focar, depois a gente conversa sobre isso”. “Vamos enfriar na mala”, usando algumas técnicas cognitivas, tentando imaginar que a gente tem alguma malinha ali: “enfria dentro, depois a gente fala”. Já aconteceu não nesse contexto do preconceito, mas da ansiedade ou do “perdi e eu não queria nunca perder”. E aí foi: “vamos lá, deixa a luta para lá, depois a gente fala dela, mas vamos concentrar, vamos manter o foco”, “Como é que você vai estar na sua luta? Então vamos lá”. Na competição tem que ser muito pontual, tem que ser objetiva e focar no que precisa. Se fosse depois de uma competição? Acolhimento e “vamos conversar”. “Vamos conversando, tentar entender o que isso te causou, aonde realmente você acha que vai interferir no esporte” (Rebeca).

A entrevistada demonstra uma atuação em Psicologia do Esporte centrada no desempenho

esportivo do atleta. Assim, a situação de ofensa racial, nessa abordagem, deveria ser deixada de lado (“*enfiada na mala*”) para focar a competição. Mesmo fora ou após a competição, o papel da(o) psicóloga(o) seria voltado para o grau de interferência do racismo no rendimento esportivo do atleta atingido pela violência racial. Além disso, o racismo é aqui comparado a outros fenômenos que interferem no rendimento esportivo, como a ansiedade.

Outro ponto que chama a atenção é a aparente cisão do que seria da ordem do rendimento esportivo e do que seria da esfera da vida social, de modo que a opção pelo enfoque no desempenho automaticamente desprivilegia a consideração do que estaria “fora” desse espectro, como os efeitos psicossociais do racismo.

Essa cisão se faz presente quando foi cogitada qual seria uma intervenção possível da(o) psicóloga(o) quando é constatado algum sofrimento decorrente do racismo no contexto esportivo. Chamou atenção a recorrência com a qual um determinado procedimento é aventado:

Quando você sente que a coisa está mais fora, porque a questão principal é: “está afetando o seu desempenho?”, “te atrapalha ou impede de treinar?”, “esses pensamentos, por exemplo, interferem na sua concentração?”, “aumenta sua ansiedade?”, “mas está fora do tapete?” [por exemplo, na luta]. “Ah, é muito fora . . .”, “É minha mãe . . .”. “Então não é comigo. Vamos conversar, eu vou te explicar como é o trabalho de um terapeuta, de um psicoterapeuta, porque a escuta muda . . .”. É muito importante. Quando a gente está no esporte, o conteúdo é mesmo minha concentração, minha atenção, minha ansiedade, minha expectativa, relacionado ao esporte. . . . É realmente com a causa no esporte. Quando passa disso, começa a ampliar muito: “vamos conversar, vou explicar como é a psicoterapia individual, eu conheço fulano e ciclano, procura. Senão vê no seu convênio, se não tem convênio vê no posto de saúde mesmo . . .” (Rebeca).

A pessoa que sofreu aí uma situação, um sofrimento psíquico, talvez um, sei lá, uma situação que, para ele não foi interessante, porque se eu estou num grupo, e eu tenho uma demanda clínica eu não atendo, eu encaminho, meu vínculo com o atleta ali já não permite esse tipo de traba-

lho, é interessante eu encaminhar e ter o acompanhamento clínico de acordo com a demanda que ele apresenta, então se ele foi, vamos lá, nesse caso aí emblemático, não seria legal o psicólogo [atender], pode fazer um acolhimento, não sei como foi tratado isso, fazer um acolhimento e tal, verificar, e ele, se ele também sentir que foi para ele um sofrimento e tal, tal, tal, fazer um acompanhamento clínico fora da instituição, com esse vínculo (Lucas).

As narrativas apresentadas apontam para um limite bem definido entre o “dentro” e o “fora” do esporte. Nesse sentido, o que está a cargo da(o) psicóloga(o) do esporte é o que se encontra dentro da esfera esportiva, é o que se relaciona diretamente ao rendimento atlético, ou seja, em resumo, identificar, analisar, mobilizar e incentivar comportamentos dos atletas que podem favorecer o desempenho esportivo por meio de técnicas e estratégias específicas. E, por outro lado, o que está fora dessa esfera não é da competência da(o) psicóloga(o) que trabalha no esporte, isto é, o trabalho com sofrimento ou com a promoção da saúde mental das(os) atletas. As narrativas apontam que os atletas afetados por violências provocadas em contexto considerado alheio ao esporte, como as decorrentes do racismo, são encaminhadas para psicoterapia individual com outra(o) profissional.

Rebeca, no trecho acima, delimita categoricamente o “dentro” e o “fora” na sua atuação, de modo que, em suas palavras, trabalha “*com o limite de onde ela é clínica e onde ela é esportiva*”, além de “*investir nessa questão do atleta, de capacitá-lo emocionalmente para lidar com aquilo para não afetar o desempenho*”. Contudo, para ela, nem sempre aquilo que afeta o desempenho é sentido como violência ou o que é sentido como violência pode nem mesmo ser proveniente de uma violência “real”:

Porque às vezes está acontecendo, mas eu não sinto ou estou sentindo e não está acontecendo. Pode ter uma questão de percepção, né? O atleta se sente menosprezado, discriminado e está interpretando de maneira distorcida. Às vezes é uma crença que ele já tem, enraizada por outra . . . questões de fora e ele acaba levando para o esporte (Rebeca).

O que Rebeca chama de “crença enraizada”, no contexto do trabalho da psicologia do esporte, não

merece investigação psicológica e aprofundamento pela(o) psicóloga(o), uma vez que são questões alheias ao universo esportivo em que o atleta está inserido. Nesse sentido, há uma dupla responsabilização do atleta: por “levar para o esporte” algo que não é visto como pertencente a esse lugar e por não render conforme o esperado por conta disso. Igualmente, é responsabilidade do atleta procurar a psicoterapia, quer seja pelo plano de saúde, quer seja pelo Sistema Único de Saúde.

Lucas também concorda que o atendimento de um atleta que sofre violência racial seria mais bem acompanhado por um psicólogo clínico de fora do clube, porém levanta outro motivo para tanto. Para ele, o psicólogo do esporte está muito “contaminado” com o cotidiano do grupo e não seria adequado fazer um trabalho terapêutico nesses termos. Há também uma cisão na sua narrativa, no sentido de que há um trabalho que é do esporte, geralmente de grupo, e que outros psicólogos não fazem, e outro que é clínico e individualizado, que por sua vez não fica a cargo da(o) psicóloga(o) do esporte.

Não se trata de negar essas diferenças na atuação em psicologia em contextos específicos, nem o eticamente correto procedimento de indicar outra(o) psicóloga(o) para realizar a psicoterapia individual; o que se questiona aqui é a alocação de certos temas em somente um desses polos de trabalho. Isso resulta, em outros termos, que a(o) psicóloga(o) do esporte parece não poder se apropriar de estratégias para lidar com o sofrimento proveniente do racismo com seus atletas, pois essa não é alegada como sua tarefa. Resulta também que o trabalho no esporte não lida com questões sociais, como o racismo, pois é necessária uma delimitação do que é e do que não é de sua competência. E, como historicamente o esporte é visto como uma atividade apartada da vida social mais ampla, o trabalho no esporte acompanha essa história.

Outro ponto a ser considerado nessa cisão entre psicologia do esporte e psicologia clínica individual diz respeito ao modo como o sofrimento advindo dos efeitos psicossociais do racismo é considerado. Se o trabalho psicológico no esporte é feito geralmente com grupos formados somente pelos atletas ou por atletas e a comissão técnica e, por esse motivo, o racismo, quando causa sofrimento, é encaminhado para a clínica, denota-se que, sob essa perspectiva, é no campo do indivíduo e de sua terapia individual que a violência racial deve ser enfrentada. Parece não

caber também ao grupo – onde inclusive esse sofrimento pode ser originado ou reinstaurado –, sob a intervenção da(o) psicóloga(o) do esporte, um campo de possibilidades para a discussão, problematização e desconstrução do racismo. Nesse sentido, ao retirar do âmbito do coletivo, essa perspectiva se aproxima da responsabilização individual do racismo na pessoa que sofre suas violências e não como um problema também do grupo ou da sociedade.

Além disso, vale ressaltar que o encaminhamento para a clínica psicológica não é garantia de que o sofrimento proveniente do racismo será acolhido e considerado como tal. Conforme apontou Benedito (2018, p. 90), a psicologia clínica pode ter um papel de extrema relevância no acolhimento e elaboração dos efeitos psicossociais do racismo se “olhar não somente através da patologização de problemas tidos como individuais”. Contudo, essa clínica psicológica, a qual se pode nomear antirracista, parece estar restrita a psicoterapeutas já envolvidos nos movimentos sociais negros e que, conseqüentemente, adquiriram a maior parte da formação sobre o tema das relações raciais nesses movimentos e não na graduação em psicologia (Benedito, 2018). Desse modo, é grande a possibilidade de as(os) atletas encaminhadas(os) não encontrarem psicoterapeutas que acolham e reconheçam o sofrimento proveniente da violência racial, resultando que nem na psicologia do esporte, nem na clínica psicoterapêutica, haja um amparo para esse sofrimento.

Além de indicar o encaminhamento como possibilidade de trato com o sofrimento racial, Lucas, por outro lado, também indica ações possíveis de serem realizadas pela(o) psicóloga(o) do esporte no seu cotidiano de trabalho. No seguinte trecho, o psicólogo pondera quais seriam as possibilidades de atuação diante de um episódio de ofensas raciais provenientes da torcida em uma disputa esportiva:

Ali naquele momento não tem como agir, eu não posso também querer ser hipócrita de falar “Oh não é assim, e tal, tal, tal”, a gente teria que fazer um trabalho de conscientização, também pelo lado psicológico, a pessoa está tomada por emoções, você vai querer ter um lado mais racional ali e não vai surtir tanto efeito assim. Então, talvez o clube, pegar aí a diretoria e fazer um trabalho de conscientização contra a discriminação, violência racial, esse tipo de xingamento, claro que se for identificado, que está ali na torcida, você não

consegue identificar de onde que vem, mas talvez fazer até uma denúncia, por injúria racial, e depois com o atleta, que é o meu foco, saber se ele chegou a ouvir, se ele percebeu e tal, geralmente eu faço um trabalho com os atletas pós jogo, “o que você percebeu do jogo, qual foi a sua impressão, estava difícil” e aí eu vou elencando, “como foi o técnico para você, como foi a torcida para você, a imprensa te atrapalhou, o adversário, o que você achou, qual foi a sua visão sobre você mesmo”, aí ele vai colocar, se quando no item torcida, aparece: “ah, mas quando eles me xingaram lá eu fiquei mal”, aí eu investigo mais (Lucas).

Lucas reconhece que o contexto imediatamente após o conflito não é o melhor para abordar o tema do racismo com o atleta. Do mesmo modo, considera que as tentativas de minimizar ou atenuar suas emoções diante do evento (“*não é assim . . .*”) não teriam o resultado psicológico desejado, pois não seriam adequados ao estado emocional da pessoa alvo da violência racial. Diante disso, estipula ser necessário envolver a instituição para um trabalho mais amplo de consciência racial, bem como de identificação e denúncia jurídica contra os torcedores, ou seja, cabe também à(o) psicóloga(o) a mobilização de ações institucionais diante do racismo. Dessa maneira, o trabalho em psicologia no esporte pode lidar com o racismo considerando não somente o sujeito alvo da violência racial, mas também a instituição da qual ele faz parte, bem como buscar caminhos para responsabilizar os promotores dessa violência.

Entretanto, todas essas ações se dão apenas na contingência de um ato de preconceito ou discriminação, ou seja, são episódicas e eventuais, dependendo de um agente disparador específico e pontual para serem efetuadas. Em contrapartida, outras narrativas manifestam possibilidades do trabalho em psicologia que levam em consideração não apenas a violência explícita, mas também a dinâmica estrutural da supremacia branca no esporte. Trata-se de ações de longo prazo e orientadas para a emancipação da pessoa e não necessariamente para melhora exclusiva do rendimento esportivo. Débora defende que, antes de qualquer atuação específica, é necessária uma postura profissional com uma visão ampliada:

Acho que é se posicionar contra todas as formas de racismos, seja isso cultural, institucional,

o que for, acho que a gente tem criado algumas diretrizes, então tem a resolução [do Conselho Federal de Psicologia nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial], que ela não serve só para atendimento na clínica, [mas sim] para todas as áreas da psicologia, seja qual for o âmbito da atuação do psicólogo, de quem ele está atendendo, acho que quando a gente fala disso a gente está falando da questão dos direitos humanos, então a premissa da prática e da atuação das psicólogas, elas têm que ser baseadas em direitos humanos (Débora).

Para a psicóloga, é preciso se posicionar consciente e intencionalmente contra as diversas formas de racismo e atuar, em princípio, na defesa dos direitos humanos. Para tanto, demonstra conhecimento da resolução do Conselho Federal de Psicologia sobre a atuação no tema das relações raciais, bem como enfatiza que, enquanto profissionais da psicologia, as(os) psicólogas(os) do esporte devem igualmente levar em consideração essa resolução. Paulo também segue uma narrativa semelhante ao apontar como um dever ético da(o) profissional se manifestar contra qualquer forma de opressão:

Em primeiro lugar, você falou do esporte . . . acho que é importante ser psicólogo antes de tudo, sabe? Eu não quero dizer isso em termos da formação dele. Mas assim, o que acontece é tão emprenhado dentro do esporte, muitas vezes que a gente está . . . que a gente esquece que acima de tudo, a gente é psicólogo. O psicólogo tem como obrigação ética, para não dizer outra coisa, moral ou sei lá o que, denunciar e tentar atuar diante de qualquer situação de opressão, discriminação ou humilhação social. Ele tem que ser um agente disso (Paulo).

Para Paulo, o compromisso do psicólogo do esporte é antes um compromisso ético, que tem a ver, em primeiro lugar, com a formação em psicologia. Interessante notar que tanto Débora quanto Paulo sinalizam para um posicionamento que, aparentemente óbvio, tem implicações relevantes no que se refere à prática profissional. Ambos defendem a necessidade de ser “psicólogo” primeiro e “do esporte” depois.

Também é importante notar o quanto que as questões éticas são levantadas pelas(os) psicólogas(os) quando o assunto são as relações raciais e de que maneira elas são trazidas à tona. Enquanto Paulo defende que o ético para a psicologia do esporte é trazer o engajamento contra o racismo para sua própria atuação, Rebeca argumenta que o procedimento que respeitaria a ética profissional é o encaminhamento para a clínica.

As duas perspectivas acompanham os modos como o racismo é compreendido pelas(os) entrevistadas(os). Para as(os) psicólogas(os) que encaram o racismo como uma questão de ordem estritamente intersubjetiva, no âmbito do preconceito e discriminação de pessoa para pessoa, a ação ética a se fazer é – quando a violência se manifesta explicitamente – encaminhar o atleta que a sofreu para a clínica psicológica, com o intuito de averiguar individualmente as causas do sofrimento. Já para aquelas(es) que o reconhecem como um componente estrutural da sociedade brasileira e, portanto, das relações sociais cotidianas, a ética profissional está pautada no seu combate enquanto tarefa própria da(o) psicóloga(o), seja em qual área estiver.

As narrativas de Débora e Paulo apresentadas até o momento sinalizam que as (os) psicólogas(os) que atuam no esporte devem apresentar uma postura generalizada contra as discriminações e as opressões, de modo a não contribuir para que elas ocorram em sua prática profissional. Santos, Gomes, Muñoz e Maia (2015) analisam que esse é um discurso contra fático, ou seja, pautado no que *não* se deve fazer. De fato, a Resolução nº 018/2002 do CFP – e Débora a cita diretamente para dizer qual deve ser o papel da(o) psicóloga(o) do esporte diante do racismo – segue esse mesmo discurso (Santos et. al, 2015). Entretanto, outras narrativas aprofundam suas considerações sobre o papel da psicologia no esporte e apresentam algumas proposições para o campo:

Cara, o que eu tenho entendido, que eu tenho pensado assim é que a galera não tem percebido, que é da Psicologia do Esporte, quando ela está focada no alto rendimento, no fim de tudo ela está focada na saúde mental, digamos assim. Porque quando você lá no atendimento vai trabalhar com um cara para ele render pra caramba, tudo que você tem que fazer está relacionado à saúde mental, saúde do trabalho, saúde disso, saúde daquilo. E a galera

que só quer . . . A maioria, pelo menos os mais novos, até onde eu consegui perceber, talvez ainda não tenha entendido essa ideia. Tem a questão do rendimento, melhorar. Aí começa a trazer aquelas ideias high stakes da vida. Aí começa a culpabilizar muito o sujeito pelo não alcance dos resultados “é culpa tua”, “você se vira”, “você que tem que melhorar”, você isso, você aquilo. Não leva em consideração que ele está em um ambiente que tem uma equipe, que tem um técnico, que tem uma política institucional principalmente (Carlos).

O trabalho em psicologia do esporte para Carlos é um trabalho com saúde mental em primeiro lugar. E, sendo um trabalho em saúde mental, a(o) psicóloga(o) do esporte deve priorizar o bem-estar psicossocial no atleta, ou seja, atuar enquanto psicólogo a partir do repertório teórico-metodológico da sua formação (em saúde do trabalho etc.). Isso, pois a perspectiva centrada no rendimento é permeada por ideias individualistas e pouco contextuais sobre o processo de participação no esporte profissional e que tem como consequência a responsabilização pelo desempenho esportivo na pessoa que o pratica. Paulo complementa essa narrativa ao afirmar que o trabalho que denomina como tendo enfoque no “desenvolvimento da pessoa” não necessariamente se opõe ao de melhora do rendimento esportivo:

A minha opinião é que uma coisa leva diretamente à outra. Se você mirar no desenvolvimento da pessoa, nesse sentido, de se fazer um trabalho de psicologia do esporte voltado para o desenvolvimento da pessoa no seu aspecto mais integral, tentando explorar, ajudando o cara a pensar o espaço para ele ser ouvido, um espaço para ele ser visto, para ele ser respeitado nas suas opiniões, questionando ele, provocando ele a pensar você está, invariavelmente, ajudando ele a se tornar o melhor atleta e se desempenhar melhor (Paulo).

Se a compreensão de que o sujeito que compete é um sujeito integral (Machado, 1998), o olhar para a sua integralidade terá efeitos em seu desempenho como atleta. E, no outro polo, sendo a competição um dos aspectos da vida de um atleta, ela pode auxiliá-lo a lidar melhor e a ter outras perspectivas sobre si e o mundo.

Entretanto, as possibilidades desse trabalho esbarram em condições institucionais que orientam

uma atuação em psicologia do esporte não voltada à saúde mental das(os) atletas. Débora relata que o constrangimento das organizações esportivas para não se trabalhar certos temas é uma realidade na psicologia do esporte e pondera que muitas(os) profissionais acabam se adaptando a esse contexto:

Eu fiz a preparação agora de um atleta que foi para o [campeonato] mundial, a gente conseguia falar sobre tudo, então eu não vejo assim que, se ele precisa estar focado a gente vai falar sobre tudo para ele estar focado, sabe? Eu também penso, lógico em um contexto que é assim, do quanto o psicólogo tem a preocupação de se adaptar ao contexto que aquele clube ou aquela confederação, ou aquela comissão técnica lhe oferece, eu me preocupo muito com isso, com essa prática de que: “Ah, aqui você vai fazer só isso, o aqui você não vai falar disso”, meu! Se eu me pego numa situação assim, de aqui você vai falar disso e não vai falar disso eu saio, entendeu? Eu não tenho meio termo assim, “Ah, vou tentar me adaptar, ou então eu vou tentar mudar”, não, eu saio, se eu não posso, eu não faço porque certamente eu estou aviltando o meu código de ética. . . . As pessoas têm a ilusão de que tem que se adaptar aos contextos, e aí vai fazendo tudo que mandam, ou tudo que acha que tem que fazer porque é o alto rendimento (Débora).

Paulo também discorre sobre as dificuldades enfrentadas na atuação voltada para as relações raciais e para o combate ao racismo no contexto esportivo. No trecho seguinte, comenta os dilemas que a(o) psicóloga(o) vivencia ao abordar com os(as) atletas a dinâmica racial na supremacia branca e a percepção de que o combate do racismo somente no esporte parece não ser suficiente, embora seja importante para o fortalecimento dos atletas:

Tem um filme americano que conta a história, uma história real, do primeiro time, um time de faculdade que foi o início do . . . foi meio que o Vasco da Gama nos Estados Unidos, sabe? O técnico assumiu que o time todo dele ia ser de negros. E aí eles jogaram ali no Texas, tal e eles estavam em um tour, em um determinado momento eles passaram na década de 1970, pela tensão racial e aí, em determinado momento um dos atletas vira e diz assim: “meu,

antes era só na faculdade, agora parece que é o mundo inteiro que não quer a gente aqui”. Eu acho também que é um tanto como enxugar gelo, embora seja importante enxugar gelo nesse sentido. De ajudar o cara a entender um pouco do impacto dessa discriminação, que ainda é velada na constituição da identidade dele e na constituição psíquica dele, tendo em vista que você não vai resolver o problema. Porque o problema teria que ser resolvido num aspecto mais amplo, sistêmico (Paulo).

Paulo estabelece, portanto, um dilema na atuação antirracista no contexto esportivo – e que pode ser ampliada para a atuação antirracista na psicologia como um todo – que é a constatação de que a conscientização política sobre os efeitos psicossociais do racismo não é suficiente para o enfrentamento do racismo, mas sim ações em âmbito coletivo para mudar as estruturas da sociedade que o sustentam. Nas palavras de Fanon (2008, p. 95, grifos do autor): “enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais”. Contudo, como se nota, o caminho para a “reestruturação do mundo” que Fanon defende passa por facilitar estratégias para a construção conjunta com os sujeitos da autonomia e da emancipação diante da supremacia branca.

Assim, algumas estratégias são pensadas para abordar as relações raciais no esporte na prática profissional em psicologia. Paulo propõe aos atletas com os quais trabalha algumas atividades que não são comuns ao universo da psicologia do esporte de alto rendimento, embora sejam recorrentes em outros contextos. Isso, pois considera que a atuação deve ser voltada ao ser humano, não somente ao atleta. Nesse sentido, um ou uma atleta não deixa de vivenciar questões que são próprias à existência humana, entre elas, as que se relacionam à raça e ao racismo:

Pego um Emicida da vida e ponho para eles escutarem e aí a gente discute as letras, a gente pensa nos Racionais. Isso eu faço há bastante tempo já em outras atividades que eu desempenhei nessa área trabalhando com adolescentes, já fiz isso em escolas, em projetos sociais, estou fazendo

isso com esporte de alto desempenho hoje em dia. Para tentar . . . “o que é ser uma boa pessoa?”, “o que é um bom ser humano” e aí toda discussão com relação aos valores, postura e aí toda condição social que tem domínio na cor deles, na origem deles (Paulo).

Já Carlos trabalha com os efeitos psicossociais do racismo no sentido de trazer concretude e nomear a experiência pelas quais seus atletas passam, ou passarão, ao longo de suas carreiras. Para isso, seu objetivo não é tanto focar o preconceito sofrido, mas o contexto social, político e histórico das relações raciais, com o intuito de fornecer às(aos) atletas certas condições para poder lidar com e enfrentar o racismo de modo a não prejudicar sua saúde mental:

Para o atleta ter mais noção do que é. Porque antes desse trabalho de dar forma, de dar corpo, de dar um nome e até de qualificar, fica muito no mundo das ideias ainda. Pelo menos eu creio que quando a gente dá corpo, dá nome fica mais fácil de analisar e aceitar. Aceitar no sentido de entender, né? De entender mesmo o que está acontecendo. Então, depois disso, começava trabalhar outras questões que talvez envolviam questões de habilidades sociais, questões emocionais, questões de conhecimento mesmo, sabe? Conhecimento básico que a gente vai aprender na escola sobre história e tudo mais. Então eu não abarcava o tema em si e a ideia do preconceito eu acabava colocando em terceiro plano, mas a ideia era “vamos trabalhar todas as questões que permeiam tudo isso para te preparar para conseguir bater de frente” ou melhor, “para conseguir entender, mas sem bater de frente, pelo menos por enquanto, de modo que esse bater de frente possa te prejudicar de modo que para agora você não está preparado” (Carlos).

Consequentemente, o trabalho em psicologia no esporte altera o seu caráter centrado no rendimento para se voltar para a pessoa que compete, bem como permite uma atividade que envolve a interação entre essa pessoa, o grupo esportivo e a dinâmica sistêmica da supremacia branca, que transcende o esporte. Ainda, favorece uma compreensão de que os efeitos psicossociais do racismo não devem ser encarados como da ordem individual, cujo encaminhamento terapêutico fica exclusivamente a cargo da clínica

psicológica, a qual, em muitos casos, também não irá considerá-los de maneira adequada.

Desse modo, essas narrativas apontam para uma visão racialmente crítica sobre o esporte a partir da psicologia. Ou seja, se aproximam das perspectivas da Teoria Racial Crítica (*critical race theory*), uma vez que esta “pode ser usada efetivamente para gerar um vocabulário teórico útil para a prática de políticas raciais progressistas na teoria do esporte e lazer, além de entender as formações essenciais do poder e ideologias raciais” (Hylton, 2005, p. 94). Assim – pensando a Teoria Racial Crítica enquanto fomentadora de transformações na comunidade esportiva no intuito de reexaminar o conceito de raça e seus processos de racialização cotidianos (Hylton, 2005) – essas práticas em psicologia do esporte parecem coerentemente fazer a ponte entre uma proposta teórica crítica sobre raça e uma atuação profissional antirracista.

Por fim, Paulo levanta um ponto de grande relevância e que envolve a relação mesma que se estabelece entre a(o) psicólogo(a) do esporte e o(a) atleta:

Mas, fundamentalmente, você falou psicólogo do esporte branco, é ter diariamente o cuidado de não escorregar nessa armadilha que é de ser o dono do saber, branco, da elite que fez USP, PUC e sabe que vai lá e caga regra de como eles têm que tocar a vida deles . . . Nesse sentido, eu tenho o cuidado de não reproduzir o papel do senhor que é mais inteligente, que é mais bem educado, que é mais... sabe? “Sabichão”, que é um cara que vê o outro como um pobrezinho que precisa da minha ajuda. Muito pelo contrário: é eu me colocar no lugar do cara que está escutando esses caras e reproduzindo ou tentando oferecer para eles, a partir do meu conhecimento, da minha experiência – está muito em voga hoje lugares de fala – lugares em que eles possam se pronunciar e tal. E ajudá-los a se constituir nessa identidade também (Paulo).

Em se tratando da psicologia e do esporte como áreas com saberes historicamente hierarquizados e racializados, há uma tensão que se volta para a relação entre psicólogo(a) do esporte branca(o) e atleta negro(a). Nessa dupla hierarquização, que separa saberes intelectuais e corporais e os estereotipa em corpos brancos e negros, é papel da(o) psicólogo(a) do esporte branco não assumir como natural a ordem estabelecida de que a branquitude é a detentora dos saberes

“importantes” e não obstruir os espaços de comunicação, expressão e posicionamento dos(as) atletas. A tarefa profissional e histórica da(o) psicóloga(o) do esporte é, portanto, buscar quebrar com a lógica racial da distribuição de saberes. E para além dessa quebra paradigmática, outra também é necessária: aquela que diz respeito às barreiras raciais inerentes à própria profissão que dificultam a formação e o estabelecimento das carreiras de psicólogos(os) negros(os).

Considerações finais

Podemos, então, responder a pergunta proposta nesse artigo: sim, é possível uma psicologia do esporte antirracista que leve em consideração que, mesmo não sendo possível acabar com o racismo somente a partir de seu exercício, ela não está isenta de apresentar propostas para trabalhar com seus efeitos psicossociais. Para tanto, deve se orientar por ser psicologia “no” esporte (Machado, 1998), ou seja, buscar compreender os sujeitos com os quais atuam enquanto pessoas integrais que também competem, mas que apresentam diversas questões que dizem respeito à sua humanidade. Por vezes, essas questões estão ligadas a fenômenos que extravasam as linhas dos espaços de jogo e evidenciam relações de poder que ultrapassam as biografias tanto daqueles que estão na posição de opressor, quanto daqueles que são oprimidos.

As narrativas sobre o que pode a psicologia no esporte diante da opressão racial dependem de como a própria psicologia do esporte é encarada pelas(os) entrevistadas(os): se uma área mais ligada ao esporte, o que acarreta em um enfoque quase que exclusivo no rendimento esportivo, ou à psicologia, o que implica em uma perspectiva de humanização dos atletas.

Para os primeiros, as ações devem vir sempre a partir de uma queixa em particular e, caso seja algo muito profundo, encaminhar para a clínica psicológica. Para os segundos, as ações são cotidianas e intencionadas contra o racismo, a partir de um

olhar e de uma escuta atentas para esse sofrimento, trazendo questões e buscando alternativas dentro do próprio contexto de trabalho, enfatizando um trabalho em saúde mental ou no desenvolvimento pessoal do atleta. Algumas ações concretas são apontadas: denunciar ativamente, inclusive em instâncias jurídicas, atitudes racistas; propor atividades que tematizem o racismo por meio de uma linguagem que aproxime a relação entre atleta e psicóloga(o); nomear e trazer para o âmbito do concreto e do consciente o contexto de violência racial ao qual um atleta foi submetido ou pode estar submetido; e fomentar a consciência racial e a autonomia política dos atletas.

Todas essas ações, contudo, se voltam para a quebra de uma perspectiva centrada no rendimento da Psicologia do Esporte. Ademais, é tarefa histórica, política e profissional do psicólogo do esporte quebrar a ordem estabelecida como natural do “atleta negro, psicólogo branco”, ou seja, em um contexto marcado por uma dicotomia corporal racializada, o psicólogo deve estar atento para não reproduzir um “lugar de saber” em contraposição a um “lugar de fazer” do atleta. Entretanto, esse último trabalho esbarra em políticas institucionais esportivas que não estão interessadas em lidar com os efeitos psicossociais do racismo. Resulta que a psicologia do esporte, se não orientada para uma ação antirracista eficiente, pode colaborar para o racismo institucional no esporte.

Nesse sentido, a(o) psicóloga(o) no esporte se situa em uma posição de convergência: além de estar, em um contexto como o brasileiro – com uma história colonial e uma sociedade organizada em torno de uma supremacia racial branca – atua em uma instituição social que mantém fortemente demarcadas as linhas raciais que dividem e, ora valorizam, ora desprezam, mas sobretudo fixam, o trabalho corporal e o trabalho intelectual. Portanto, é dever da(o) psicóloga(o) do esporte estar atenta(o) à violência racial e propor alternativas de trabalho cotidiano que visem o enfrentamento do racismo em todas as suas manifestações.

Referências


- Benedito, M. S. (2018). *A relação entre psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital Teses e Dissertações USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04092018-102726/pt-br.php>.
- Bourdieu, P. (2004). Como se pode ser esportista? In P. Bourdieu. *Questões de Sociologia* (pp. 181-203). Fim de Século.
- Carrington, B. (2010). *Race, Sport and Politics: the Sporting Black Diaspora*. Sage.
- Fanon, F. (2008). *Peles negras, máscaras brancas*. EDUFBA.

- Guimarães, A. S. A. (2003). Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, 1(29), 93-107. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>.
- Hernandez, J. A. E. (2011). João Carvalhaes, um psicólogo campeão do mundo de futebol. *Estudo e Pesquisas em Psicologia*, 3(11), 1027-1049.
- Hylton, K. (2005). “Race”, sport and leisure: lessons from critical race theory. *Leisure Studies*, 1(24), 81-98.
- Hylton, K (2008). Critical Race Theory. In K. Hylton. *Race and Sport: Critical Race Theory* (pp. 22-41). Routledge.
- Machado, A. A. T. (1998). Psicologia do esporte ou psicologia no esporte? *Discorpo*, (8), 23-34.
- Mills, C. W. (2003). White supremacy as sociopolitical system: a philosophical perspective. In E. Bonilla-Silva, & A. W. Doane (Eds.). *White Out: The Continuing Significance of Racism* (pp. 35-48). Routledge.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 3(17), 621-626. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do Corpo Negro*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Rubio, K. (2003). Análise Social do Fenômeno Esportivo e o Papel do Psicólogo. In K. Rubio (Org.). *Psicologia do esporte aplicada* (pp. 15-31). Casa do Psicólogo.
- Rubio, K. (2004). Entre a psicologia e o esporte: as matrizes teóricas da psicologia e sua aplicação ao esporte. *Temas em Psicologia*, 2(12), 93-104.
- Rubio, K, & Carvalho, A. L (2005). Areté, fair play e o movimento olímpico contemporâneo. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 3(5), 350-357.
- Santos, A. O., Gomes, L. B. S., Muñoz, B. L., & Maia, R. L. A (2015). Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do(a) psicólogo(a). *Revista Brasileira de Psicologia*, (2esp), 16-27.
- Schucman, L. V (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital Teses e Dissertações USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>

Marcio Antonio Tralci Filho

Graduado e Mestre em Educação Física e Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.


E-mail: matfilho@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0874-0375>

Alessandro de Oliveira dos Santos

Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

E-mail: alos@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5261-0332>

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida no âmbito do Convênio FAPESP/CAPES sob o processo nº 2015/03390-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP/CAPES.

Endereço para envio de correspondência:

Instituto de Psicologia da USP, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Av. Professor Mello Moraes, 1721, Cidade Universitária. CEP: 05508-030. São Paulo – SP, Brasil.

Recebido 14/10/2019

Aceito 17/10/2019

Received 10/14/2019

Approved 10/17/2019

Recibido 14/10/2019

Aceptado 17/10/2019

Como citar: Tralci Filho, M. A., & Santos, A. O. (2020). Esporte, psicologia e racismo: é possível uma psicologia do esporte antirracista?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230109>

How to cite: Tralci Filho, M. A., & Santos, A. O. (2020). Sport, Psychology and Racism: Is an Anti-Racist Sports Psychology Possible?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230109>

Cómo citar: Tralci Filho, M. A., & Santos, A. O. (2020). Deporte, Psicología y Racismo: ¿Es Posible una Psicología del Deporte Antirracista?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230109>